

Com a faca e o queijo

Categories : [Reportagens](#)

Por treze votos a quatro, deputados de Mato Grosso aprovaram um projeto de lei que finalmente unifica os parques estaduais Cristalino I e II, no extremo norte do estado. [Desde 2001, essa tem sido a luta dos técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente \(Sema\) por uma maior eficiência na gestão das áreas](#). Mas como os parlamentares de lá não costumam dar ponto sem nó, eles acrescentaram um substitutivo à proposta que excluiu dos parques uma área de 30 mil hectares, rica ecossistemas extremamente frágeis como brejos, afloramentos rochosos e floresta densa, além de áreas abertas clandestinamente após a criação das unidades de conservação.

Assim que soube da decisão, a superintendente de biodiversidade da Sema, Eliane Fachim, acionou o secretário de meio ambiente do estado, Marcos Machado, para uma conversa urgente com Blairo Maggi na manhã de segunda-feira, dia 4 de dezembro. O governador é o único com poderes para vetar a decisão dos deputados. Só que a sua sensibilidade ambiental é para lá de duvidosa. Foi seu vice-governador eleito, e atual presidente da Assembléia Legislativa do estado, Silval Barbosa, um dos parlamentares mais interessados na redução das unidades de conservação. Pudera: seu irmão é posseiro dentro do parque. “Se o governador for omisso ou não vetar essa redução absurda, estará assumindo a responsabilidade pelas consequências deste ato”, disse Fachim.

Mas não foi só. Além de reduzirem ainda mais os parques, que atualmente somam 187 mil hectares, os parlamentares determinaram a anexação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cristalino, vizinha aos parques e de propriedade de [Vitória da Riva Carvalho – que não foi consultada](#) nem ao menos comunicada previamente. Eliane Fachim não vê razões para a inclusão de uma área que já é titulada, protegida, e particular para dentro de um parque que tem terras públicas, regularizadas e também conserva áreas importantíssimas. “É inadmissível sobrepor essas áreas”, diz. Dona Vitória é que vai sair no prejuízo, já que tanto as terras quanto as benfeitorias de sua RPPN correm o risco de serem declaradas utilidade pública, para fins de desapropriação, como aliás, todas as outras que se encontram dentro dos limites redefinidos.

Os parlamentares ainda elaboraram artigos que aventam a possibilidade de terceiros poderem adquirir, por decisão judicial, título de propriedade dentro da unidade de conservação. Nesse caso, eles serão autorizados a desenvolver atividade de “turismo ecológico”. Na mesma linha, um outro artigo autoriza o poder executivo a manter uma estrada-parque na área protegida “a fim de possibilitar o turismo ecológico e propiciar o incentivo à pesquisa”, diz o texto. Uma brecha para ocupação não apenas das áreas importantes que foram excluídas, como do que restou dentro do parque. “Turismo sustentável já é premissa de qualquer parque. Não é preciso mais um recurso para garantir isso”, alega Fachim.

A superintendente, que vai comparecer pessoalmente à reunião com o governador, reconheceu que

diante dessa proposta desastrosa é melhor deixar tudo do jeito que está e solicitar a Blairo Maggi que, por decreto, apenas unifique os parques. A Sema já havia admitido mudanças no traçado dessas áreas quando enviou sua proposta para a Assembléia Legislativa. A intenção era tão somente uni-los e retirar as áreas abertas antes da criação das unidades de conservação. “Mexeram tanto que agora é melhor esquecer. E que arquem com as consequências quem desmatou onde não devia”, diz.